Exmº. Senhor

Secretário Regional …

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME), \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (CATEGORIA) integrado(a) no Sistema Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ­­­­­­­­­­­­­­­­­­­­, afeto(a) ao mapa de pessoal do(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Gabinete/ Direção Regional / Instituto) vem, em conformidade com o disposto no artigo 133.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugado com o artigo 253.º do Código do Trabalho, expor e requerer, respeitosamente, a V. Excia. o seguinte:

1.º

O(a) requerente é \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (mãe/pai) de um menor com \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ anos de idade, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (NOME).

2.º

O (a) referido menor encontra-se a frequentar o estabelecimento escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

3.º

Através do comunicado de 12 de março de 2020, vertido no n.º 1 da Resolução n.º 115/2020, de 16 de março, o Governo Regional da Madeira comunicou que decidiu decretar o encerramento de todos os estabelecimentos escolares a partir da segunda-feira, dia 16 de março de 2020, e até ao fim das férias da Páscoa.

4.º

O outro progenitor do referido menor exerce atividade profissional e não irá exercer funções em regime de teletrabalho, nem, tão pouco, faltar ao serviço para ficar a cuidar do(a) referido(a) menor, **atestando o (a) ora requerente, sob compromisso de honra, que o progenitor não requereu nem recebe o apoio financeiro excecional à família por motivo de encerramento do estabelecimento de ensino.**

5.º

Por força do vertido nos dois artigos anteriores, o(a) requerente não dispõe de quem fique com o(a) referido(a) menor, no período de encerramento do respetivo estabelecimento escolar.

6.º

As tarefas que estão atribuídas ao requerente no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (Gabinete/ Direção Regional / Instituto) consistem *grosso modo* na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, motivo pelo qual não é possível o requerente exercer funções em regime de teletrabalho.

Nestes termos,

Requer-se, respeitosamente, a V. Exª que se digne considerar justificadas as faltas do(a) requerente ao serviço para ficar em casa com o referido menor, a partir do próximo dia 16 de março de 2020 e pelo período que durar o encerramento do estabelecimento escolar do referido menor ou [indicar de forma expressa o período de início e fim da ausência].

Pede deferimento,

Funchal, ….. de março de 2020

O (A) Requerente